

RECURSO ESPECIAL Nº 1.585.460 - PR (2016/0041941-9)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
RECORRENTE : **ESTADO DO PARANÁ**
ADVOGADOS : **VITOR ACIR PUPPI STANISLAWCZUK - PR036604**
 LILIANE KRUETZMANN ABDO - PR032958
 DAYANA DE CARVALHO UHDRE - PR053284
 ALINE PINHEIRO DE CARVALHO - PR061951
RECORRIDO : **JOSEMARA PIRES DE PAULA**
RECORRIDO : **VALDIR DE PAULA**
ADVOGADOS : **HUMBERTO FELIX SILVA - PR031192**
 RAFAEL LUÍS NADALINE - PR032758
RECORRIDO : **MARIA PIRES DE PAULA**
ADVOGADO : **JEAN PIERRE COUSSEAU E OUTRO(S) - PR047215**
INTERES. : **PANORAMICO LAZER E RECREAÇÃO SC LTDA**
ADVOGADO : **ERIC BOLONHA DE GODOY - PR051064**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESTADO DO PARANÁ, com fundamento no permissivo constitucional, contra acórdão assim ementado (e-STJ fls. 722/725):

APELAÇÃO CÍVEL 1 - RESPONSABILIDADE CIVIL - AFOGAMENTO DE ALUNA EM EXCURSÃO DA ESCOLA O QUE LHE CAUSOU LESÕES, VINDO A FICAR EM ESTADO VEGETATIVO, FALECENDO TRÊS ANOS DEPOIS - AUSÊNCIA DE SALVA-VIDAS NO LOCAL DO ACIDENTE - RESPONSABILIDADE DO APELANTE - OMISSÃO - CARACTERIZAÇÃO DE ATO ILÍCITO - DEVER DE REPARAR O DANO - ART.S 186 E 927 DO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DE CULPA CONCORRENTE - DIMINUIÇÃO DO VALOR FIXADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Dispõe o art. 186 do Código Civil que "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito".

APELAÇÃO CÍVEL 2 - RESPONSABILIDADE CIVIL - AFOGAMENTO DE ALUNA EM EXCURSÃO DA ESCOLA O QUE LHE CAUSOU LESÕES, VINDO A FICAR EM ESTADO VEGETATIVO, FALECENDO TRÊS ANOS DEPOIS - INTELIGÊNCIA DOS ART. 37, §6º - OMISSÃO NO DEVER DE GUARDA E VIGILÂNCIA - INDENIZAÇÃO DEVIDA -AUSÊNCIA DE CULPA CONCORRENTE - VALOR DA INDENIZAÇÃO - DIMINUIÇÃO - JUROS MORATÓRIOS - TERMO INICIAL - DATA DO EVENTO DANOSO - SÚMULA 54/STJ - APLICAÇÃO DO ART. 1-F DA LEI Nº 9.494/97 POR SE TRATAR DE DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA - CORREÇÃO MOENTÁRIA - IPCA - TERMO INICIAL - DATA DO ARBITRAMENTO - SÚMULA 362/STJ - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

I - Apesar de não estar nas dependências da Escola, pelo fato desta ter organizado a excursão, o Poder Público continua responsável pela atividade de guarda e vigia dos alunos, devendo empregar todos os meios necessários na preservação da integridade física dos estudantes.

II - Súmula 54/STJ: "os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual".

III - A partir da análise e julgamento das ADIs nº 4357, 4372, 4400 e 4425, sedimentou-se que, em vista da declaração de inconstitucionalidade parcial por arrastamento do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97, com redação dada pelo art. 5º, da Lei nº 11.960/09, nas dívidas não tributárias, a correção monetária deverá ser corrigida pelo IPCA, que é o índice que melhor reflete a inflação acumulada no período.

IV - Súmula 362/STJ: "a correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento".

RECURSO ADESIVO - DANOS MATERIAIS - PENSIONAMENTO - ESTADO VEGETATIVO DA VÍTIMA E POSTERIOR FALECIMENTO - MENOR - POSSIBILIDADE - PRESUNÇÃO DE AJUDA MÚTUA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

I - A orientação do STJ é de que os danos materiais são devidos em 2/3 do salário mínimo até a idade em que o de cujus completaria 25 anos, reduzida para 1/3 a partir de então até a data em que atingiria 65 anos de idade (AgRg no AREsp 294.155/MG, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/04/2013, DJe 03/05/2013).

II - Por mais que no presente caso não tenha havido a morte da vítima, esta ficou em estado vegetativo, falecendo posteriormente motivo pelo qual é plenamente aplicável o pensionamento.

Embargos de declaração rejeitados.

Sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido vulnerou os seguintes dispositivos legais: art. 535, II, do CPC/1973 (não examinou as questões alusivas ao reexame necessário e honorários advocatícios); art. 475 do CPC/1973 (não submeteu a sentença ao duplo grau obrigatório); art. 927 do Código Civil (indenização fixada em valor excessivo e critérios do pensionamento em descompasso com a jurisprudência); art. 1º-F da Lei 9.494/1990, com nova redação dada pela Lei 11.960/2009.

Contrarrazões.

Admissibilidade do apelo nobre (e-STJ fls. 875/876).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Considerado isso, verifico que a irrisignação recursal não merece prosperar.

Quanto ao apontado art. 535 do CPC/1973, forçoso convir que não há que se cogitar violação do referido dispositivo se todas as questões necessárias ao desate da controvérsia foram examinadas e decididas, ainda que em desacordo com o pleito da parte recorrente, como ocorreu *in casu*.

Ademais, o julgador não está adstrito à fundamentação adotada no recurso para dirimir a demanda, assim como não está obrigado a refutar expressamente todas as teses aventadas pela defesa, desde que pela motivação apresentada seja possível aferir as razões pelas quais rejeitou a pretensão deduzida.

Nesse sentido, consulte-se o AgInt no REsp 1.223.128/RS, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 29/06/2016 e AgInt no REsp 1.554.431/RS, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28/09/2016.

Com relação ao art. 475 do CPC/1973, verifico que o apelo nobre não comporta conhecimento.

É que a matéria ali encartada não foi efetivamente analisada e discutida pelo aresto combatido.

Como é cediço, a admissibilidade do recurso na instância excepcional pressupõe que a Instância anterior tenha se manifestado sobre a tese jurídica apontada pelo recorrente, o que não se viu na espécie. Esse é o entendimento pretoriano consagrado na edição da Súmula 282 da Suprema Corte, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada."

Ressalte-se, ainda, que o Tribunal *a quo* consignou:

Em que pese as alegações da ora Embargante, em seus primeiros embargos de declaração (fls. 627/629), fora alegado que o acórdão de fls. 609/620 incorreu em omissão em relação ao agravamento da condenação da Fazenda Pública, deixando de observar a pendência da modulação dos efeitos da ADI n. 4357. Assim, em nenhum momento a ora Embargante alegou omissão no tocante à distribuição sucumbencial e ao reexame necessário. Desta forma, não há qualquer vício a ser sanado, já que o v. acórdão embargado analisou todas as questões alegadas, conforme se verifica às fls. 645/649.

Portanto, não existe qualquer vício a ser sanado, razão pela qual devem ser improvidos os presentes embargos de declaração. (e-STJ fl. 831).

Esse contexto, contudo, não foi impugnado pela recorrente.

No tocante à impugnação alusiva ao *quantum* da indenização fixada e aos critérios do pensionamento, verifico que o dispositivo apontado pelo recorrente (art. 927 do Código Civil) não apresenta comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto impugnado quanto ao ponto, de modo a incidir a Súmula 284 do STF.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. DISPOSITIVO LEGAL APONTADO SEM COMANDO HÁBIL A INFIRMAR O ARESTO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA.

SÚMULA 284 DO STF. INCIDÊNCIA.

1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).
2. Inexiste violação do art. 535 do CPC/1973 quando o Tribunal de origem aprecia fundamentadamente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, ainda que de forma contrária aos interesses da parte, como constatado na hipótese.
3. Quando o conteúdo do dispositivo legal invocado no especial não possui comando normativo suficiente à impugnação dos fundamentos do aresto recorrido, há incidência do teor da Súmula 284 do STF.
4. O art. 18 da Lei n. 7.347/1985 não apresenta comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto impugnado, visto que a condenação imposta ao Ministério Público a título de honorários advocatícios foi levada a efeito no bojo do feito rescisório, processo de natureza autônoma.
5. Agravo interno desprovido. (AgInt no REsp 1.502.794/MG, minha relatoria, PRIMEIRA TURMA, DJe 20/2/2019).

Com relação ao art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no tocante à correção monetária, sob o rito da repercussão geral (RE 870.947/SE), fixou a tese seguinte:

O art. 1º-F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/09, na parte em que disciplina a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, revela-se inconstitucional ao impor restrição desproporcional ao direito de propriedade (CFRB, art. 5º, XXII), uma vez que não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina.

Esse entendimento foi mantido pela Suprema Corte, sem modulação, quando do julgamento dos embargos de declaração, em 03 de outubro de 2019.

De outro lado, a Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.495.146/MG – realizado sob a sistemática dos recursos repetitivos (Tema 905) –, pacificou o entendimento sobre a aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/1997 (com redação dada pela Lei 11.960/2009) às condenações impostas à Fazenda Pública.

A ementa sintetizou o julgado com o seguinte teor:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 02/STJ. DISCUSSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 (COM REDAÇÃO DADA PELA LEI 11.960/2009) ÀS CONDENAÇÕES IMPOSTAS À FAZENDA PÚBLICA. CASO CONCRETO QUE É RELATIVO A INDÉBITO TRIBUTÁRIO.

" TESES JURÍDICAS FIXADAS.

1. Correção monetária: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), para fins de correção monetária, não é aplicável nas condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza.
 - 1.1. Impossibilidade de fixação apriorística da taxa de correção monetária.

No presente julgamento, o estabelecimento de índices que devem ser aplicados a título de correção monetária não implica pré-fixação (ou fixação apriorística) de taxa de atualização monetária. Do contrário, a decisão baseia-se em índices que, atualmente, refletem a correção monetária ocorrida no período correspondente. Nesse contexto, em relação às situações futuras, a aplicação dos índices em comento, sobretudo o INPC e o IPCA-E, é legítima enquanto tais índices sejam capazes de captar o fenômeno inflacionário.

1.2 Não cabimento de modulação dos efeitos da decisão.

A modulação dos efeitos da decisão que declarou inconstitucional a atualização monetária dos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, objetivou reconhecer a validade dos precatórios expedidos ou pagos até 25 de março de 2015, impedindo, desse modo, a rediscussão do débito baseada na aplicação de índices diversos. Assim, mostra-se descabida a modulação em relação aos casos em que não ocorreu expedição ou pagamento de precatório.

2. Juros de mora: o art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), na parte em que estabelece a incidência de juros de mora nos débitos da Fazenda Pública com base no índice oficial de remuneração da caderneta de poupança, aplica-se às condenações impostas à Fazenda Pública, excepcionadas as condenações oriundas de relação jurídico-tributária.

3. Índices aplicáveis a depender da natureza da condenação.

3.1 Condenações judiciais de natureza administrativa em geral.

As condenações judiciais de natureza administrativa em geral, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até dezembro/2002: juros de mora de 0,5% ao mês; correção monetária de acordo com os índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) no período posterior à vigência do CC/2002 e anterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora correspondentes à taxa Selic, vedada a cumulação com qualquer outro índice; (c) período posterior à vigência da Lei 11.960/2009: juros de mora segundo o índice de remuneração da caderneta de poupança; correção monetária com base no IPCA-E.

3.1.1 Condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos.

As condenações judiciais referentes a servidores e empregados públicos, sujeitam-se aos seguintes encargos: (a) até julho/2001: juros de mora: 1% ao mês (capitalização simples); correção monetária: índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, com destaque para a incidência do IPCA-E a partir de janeiro/2001; (b) agosto/2001 a junho/2009: juros de mora: 0,5% ao mês; correção monetária: IPCA-E; (c) a partir de julho/2009: juros de mora: remuneração oficial da caderneta de poupança; correção monetária: IPCA-E.

3.1.2 Condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas.

No âmbito das condenações judiciais referentes a desapropriações diretas e indiretas existem regras específicas, no que concerne aos juros moratórios e compensatórios, razão pela qual não se justifica a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009), nem para compensação da mora nem para remuneração do capital.

3.2 Condenações judiciais de natureza previdenciária.

As condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do INPC, para fins de correção monetária, no que se refere ao período posterior à vigência da Lei 11.430/2006, que incluiu o art. 41-A na Lei 8.213/91. Quanto aos juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º-F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009).

3.3 Condenações judiciais de natureza tributária.

A correção monetária e a taxa de juros de mora incidentes na repetição de

indébitos tributários devem corresponder às utilizadas na cobrança de tributo pago em atraso. Não havendo disposição legal específica, os juros de mora são calculados à taxa de 1% ao mês (art. 161, § 1º, do CTN). Observada a regra isonômica e havendo previsão na legislação da entidade tributante, é legítima a utilização da taxa Selic, sendo vedada sua cumulação com quaisquer outros índices.

4. Preservação da coisa julgada.

Não obstante os índices estabelecidos para atualização monetária e compensação da mora, de acordo com a natureza da condenação imposta à Fazenda Pública, cumpre ressaltar eventual coisa julgada que tenha determinado a aplicação de índices diversos, cuja constitucionalidade/legalidade há de ser aferida no caso concreto.

" SOLUÇÃO DO CASO CONCRETO.

5. Em se tratando de dívida de natureza tributária, não é possível a incidência do art. 1º-F da Lei 9.494/97 (com redação dada pela Lei 11.960/2009) - nem para atualização monetária nem para compensação da mora -, razão pela qual não se justifica a reforma do acórdão recorrido.

6. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime previsto no art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, c/c o art. 256-N e seguintes do RISTJ.

(REsp 1.495.146/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 02/03/2018). (Grifos acrescidos).

A par desse entendimento jurisprudencial de aplicação obrigatória, verifico que a Corte de origem não se afastou das diretrizes ali fixadas.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator